

Comissão pode votar amanhã a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Pela primeira vez nos últimos 12 anos, a Comissão Mista de Orçamento tem todas as condições de antecipar a deliberação sobre o projeto da LDO, que estabelece metas e prioridades do Poder Executivo para 2009. **5**

Garibaldi prevê acordo hoje para retomada das votações

Reunião de líderes convocada para hoje definirá o que será votado até o próximo dia 18, quando se inicia o recesso parlamentar. Senado recebe mais quatro medidas provisórias, mas adia a leitura para não trancar pauta



O importante agora é definir prioridades de votações até o início do recesso, diz Garibaldi

A pauta de votações até o início do recesso parlamentar, em 18 de julho, deve ser definida hoje, em reunião de líderes convocada para as 14h30, segundo anunciou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Um dos pontos a serem negociados é o exame de quatro medidas provisórias (MPs), cuja leitura foi adiada para evitar o trancamento da pauta e assegurar a votação de um empréstimo para o Rio Grande do Sul.

Logo depois das MPs, os senadores deverão analisar uma pauta com 87 itens, entre eles o projeto da Lei dos Sacoleiros, que legaliza a atividade de pessoas que se dedicam ao comércio de produtos do Paraguai para o Brasil. **4 e 5**

Mercosul pode unificar leis sobre o tráfico de pessoas

No encontro em que o Parlamento do Mercosul elegeu pela primeira vez um brasileiro, o deputado Dr. Rosinha, para presidir, a Comissão de Assuntos Jurídicos aprovou recomendação de Mesquita Júnior para unificar leis sobre tráfico de pessoas. **8**

Google anuncia medidas para combate à pedofilia

Um pacote com medidas de segurança e ferramentas de cooperação legal e tecnológicas com as autoridades brasileiras foi anunciado pelo site de buscas. **2**

Ano Cultural destaca Bossa Nova e Guimarães Rosa

A celebração do centenário do nascimento do autor de *Grande sertão: veredas* e dos 50 anos de um dos gêneros musicais brasileiros mais conhecidos é o destaque da agenda de eventos para agosto, definido pela Comissão do Ano Cultural. **7**



Representantes do governo e dos motoristas buscam formas de melhorar condições de trabalho da categoria; senador Mesquita Júnior (à esq., na foto menor) ouve Paulo Paim, presidente da CDH



Grupo levanta projetos que protegem motoristas

O grupo que discute as condições de trabalho dos motoristas de caminhão, ônibus e táxi decidiu ontem, em sua primeira reunião, fazer um levantamento de todos os projetos

sobre o tema já apresentados no Congresso. Criado pela Comissão de Direitos Humanos, o grupo inclui senadores, representantes do governo e das categorias representativas dos

motoristas. Os integrantes do colegiado deverão apresentar informações sobre o setor, além de sugestões para o aprimoramento da legislação. **7**

Deve entrar em funcionamento hoje um filtro capaz de reconhecer e barrar imagens impróprias no Orkut

Márcia Kalline



Felix Ximenes, Tuma, Magno Malta, Demostenes e Hohagen na CPI, em 9 de abril

Com depoimento marcado, Google anuncia medidas

O GOOGLE NO Brasil divulgou ontem nota em que anuncia medidas de segurança e novas ferramentas de cooperação legal e tecnológicas com as autoridades brasileiras, que passarão a valer a partir de hoje. Também ontem, a CPI da Pedofilia confirmou para amanhã, às 9h, o depoimento do presidente do Google no Brasil, Alexandre Hohagen.

Além de Hohagen, a CPI vai ouvir na reunião o presidente da ONG Safernet Brasil, Thiago Tavares Oliveira, e o procurador da República em São Paulo, Sérgio Gardenghi Suiama.

Essa será a segunda vez que Hohagen comparecerá à CPI. A reconvocação foi aprovada depois de a comissão receber notícias de que a empresa estaria resistindo a fechar um acordo com o Ministério Público e a Polícia Federal em torno de um termo de ajuste de conduta para reprimir conteúdo pedófilo no site de relacionamentos Orkut, pertencente ao Google.

A nota da empresa foi divulgada no último dia do prazo para que se chegasse a um entendimento – já aceito pelos sites MySpace e UOL – sobre o termo de ajuste de conduta.

Em nota à imprensa, o diretor de Comunicação do Google no Brasil, Felix Ximenes, afirma que

a empresa está cumprindo os compromissos assumidos com a CPI da Pedofilia.

Entre as medidas anunciadas, está a manutenção, por 180 dias, dos registros dos usuários do Orkut. Deverá funcionar no site um filtro automático capaz de reconhecer e barrar imagens relacionadas à pedofilia.

De acordo com a nota, foi desenvolvida uma solução tecnológica para facilitar denúncias sobre conteúdo impróprio no Orkut. Somente depois de comprovadas por funcionários do Google, as denúncias serão enviadas ao Ministério Público.

“Nesse pacote, foram cumpridos todos os compromissos assumidos diante dos senadores, das autoridades e da sociedade brasileira por ocasião da CPI do Senado, em abril de 2008. Com as medidas, o Google está pronto para assinar os acordos de cooperação com o Ministério Público Federal e com a SaferNet”, afirma Ximenes.

A nota afirma ainda que o Google sempre colaborou com as medidas de combate ao uso ilegal dos seus serviços para geração de conteúdos abusivos. “A empresa sempre assumiu suas responsabilidades com usuários e autoridades brasileiras”, diz Alexandre Hohagen.

Unilegis realiza seminário sobre políticas públicas

A Universidade do Legislativo (Unilegis) realizou ontem o seminário *Políticas Públicas no Brasil*, que integra o Ciclo de Conferências Unilegis 2008. O objetivo do seminário, realizado no auditório do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, foi discutir, entre outros temas, o federalismo, a responsabilidade fiscal e as políticas sociais.

A coordenadora do curso

de pós-graduação em Ciência Política da Unilegis, Leany Barreiro Lemos, foi a moderadora do debate.

Entre os convidados estiveram a professora de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Maria das Graças Rua, a professora de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) Martha Arretche, e o professor da Unilegis Marcos José Mendes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia José Martí

Às 10h será realizada sessão solene do Congresso Nacional para comemorar a passagem dos 155 anos de nascimento do líder cubano José Martí. Às 14h, a sessão é deliberativa. O primeiro item da pauta de votações é o projeto do Executivo que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. A proposta tem prioridade e está impedindo outras deliberações desde maio.



Moreira Martiz

Garibaldi recebe representante do Partido Comunista da China

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, preside, às 10h, a sessão solene em comemoração aos 155 anos de José Martí, com a presença do presidente da Assembléia Nacional Popular de Cuba, Ricardo Alarcon de Quesada; às 11h, recebe o representante do Comitê Permanente

do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, He Guoqiang; às 11h30, recebe jogadores da Copa de 1958 e o ministro do Esporte, Orlando Silva; às 12h, encontra-se com o presidente do Ipea, Marcio Pochmann; e, às 14h30, participa de reunião com líderes.

Estímulo à produção orgânica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para análise de 13 itens. Entre os projetos em pauta está o que trata de reduzir em uma hora o fuso horário de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também deve ser analisado substitutivo a dois projetos que instituem, entre os objetivos da concessão de crédito rural, estímulos ao sistema orgânico de produção agropecuária.



Márcia Kalline

José Cruz



Depoimento de criança e adolescente

Audiência pública conjunta, às 14h, das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate propostas de mudanças na legislação processual penal e estatutária a fim de regular o depoimento sem dano que envolva crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes.

Atividades extracurriculares na escola

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne, às 11h, para analisar 26 proposições. O primeiro projeto em pauta é o que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (Lei 9.394/96), a fim de incentivar a abertura das escolas públicas em feriados, finais de semana e recessos, com o objetivo de oferecer atividades extracurriculares.



Leopoldo Silva

Leopoldo Silva



CMO tem duas reuniões

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), reúne-se, às 11h, com os coordenadores de bancadas estaduais e, às 14h30, com o colegiado de representantes das lideranças partidárias da comissão para debater o relatório apresentado ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009.

Incentivo para reciclagem

Entre as 12 proposições em pauta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) está a que determina isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego exclusivo em serviços e processos de reciclagem. A reunião é às 11h30.



Leopoldo Silva



Foto de Geraldo Magela

Paim festeja candidatura de Barack Obama

Paim: esperança contra racismo

Independentemente do resultado da eleição norte-americana, é preciso comemorar a candidatura de Barack Obama, pelo partido Democrata, disse Paulo Paim (PT-RS). O senador lembrou que, até a década de 60, a segregação racial entre os norte-americanos era aberta e assinalou que Obama, um candidato negro, representa uma nova etapa multirracial, plural e democrática, imposta pela modernidade.

– Não há dúvidas de que o momento é histórico, revolucionário e emblemático. Obama é um sopro de esperança no processo de renovação de lideranças mundiais. A tendência pela igualdade de oportunidades e de direitos tem sido perseguida por todos os países democráticos. Os Estados Unidos tiveram a coragem de adotar ações afirmativas – ressaltou.

O senador afirmou que, assim como ele, Obama condena com veemência o desmatamento. Paim ainda felicitou o candidato americano pela decisão de abrir mão do

financiamento público de campanha e de pedir ao partido Democrata que não aceite doações de lobistas.

– Mas o fato de me identificar muito com esse homem não me impede de divergir em alguns pontos de vista, como é o caso dos subsídios agrícolas – disse.

Paim também cumprimentou o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Supremo Tribunal Federal (STF) pela divulgação da súmula vinculante assegurando que o adicional de insalubridade não será calculado mais sobre o salário mínimo, mas sobre o salário base dos trabalhadores.

O parlamentar ainda registrou a passagem do Dia do Pescador, comemorado no domingo, dia de São Pedro.

Universidade

Paim também cobrou da Secretaria de Educação do seu estado o envio, ao Ministério da Educação, de um projeto que garanta a liberação de R\$ 7 milhões, de uma emenda que apresentou ao Orçamento Geral da União, para recursos destinados ao fortalecimento da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). O parlamentar enfatizou que os recursos só podem ser liberados mediante a apresentação do projeto junto ao governo federal.

Cristovam: novo piso para os professores



Foto de Geraldo Magela

Cristovam Buarque (PDT-DF) agradeceu o empenho de todos os deputados que participaram do processo de debate e aprovação do projeto

de lei que vai beneficiar 2,6 milhões de professores, instituindo um piso salarial nacional para a categoria. O senador reconheceu o apoio dado pelo presidente Lula e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. Ele disse acreditar que Lula sancionará rapidamente o projeto.

Classificando a matéria como uma “tremenda revolução”, Cristovam informou que só falta a redação final ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, concluindo um processo que durou quatro anos, para que o projeto seja enviado ao Senado.

– A senadora Ideli Salvatti [PT-SC] será a relatora [na Comissão de Educação do Senado] e tenho a certeza de que o parecer será elaborado a tempo de, ainda esta semana, o projeto ser votado em Plenário – assinalou.

Cristovam alertou para as medidas provisórias, que poderão trancar a pauta e emperrar as votações. Caso não ocorra imprevisto, o senador disse que os professores pode-

É preciso pensar no futuro, diz Cristovam

rão iniciar agosto sabendo que têm um piso salarial nacional, pois parte desse piso só será instituído no próximo ano.

Imagem

Cristovam também chamou a atenção para a importância de o Brasil mudar sua autoimagem. Para ele, o único presidente que conseguiu uma transformação dessas foi Juscelino Kubitschek.

– O primeiro papel de um líder é mudar a maneira como o seu povo vê a si próprio.

Cristovam afirmou que o Brasil deve ser percebido pela sua população como um projeto permanente, de longa duração e com objetivos claros para o futuro. O país também precisa, na opinião de Cristovam, passar a enxergar a importância da natureza – e das riquezas ambientais que possui – como fator determinante no processo de desenvolvimento econômico e social.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que o Brasil ainda esteja atrelado “a estruturas retrógradas, superadas, que emperram o desenvolvimento nacional”.

Senador destaca que recursos são escassos no Brasil e solicita investigação do Tribunal de Contas da União nos financiamentos concedidos por banco a países estrangeiros

Alvaro quer auditoria em empréstimos do BNDES

ALVARO DIAS (PSDB-PR) anunciou, em Plenário, a apresentação de requerimento de sua autoria à Mesa solicitando uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) nos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a países estrangeiros.

Segundo o senador, o maior problema desses financiamentos é o fato de o Brasil transferir recursos escassos no Brasil para aplicação em obras de

infra-estrutura em outros países, como Venezuela, Peru e Angola. O objetivo do senador é conhecer dados importantes dos contratos celebrados pelo BNDES com as nações estrangeiras, tais como taxas de juros cobradas pelo banco e garantias exigidas.

– São bilhões de dólares que poderiam estar sendo aplicados no Brasil, gerando emprego, renda, receita pública e são destinados a gerar empregos em outros países. Se estivéssemos vivendo no paraíso, em matéria de crescimento econômico, de oferta de oportunidade de trabalho e vida digna aos brasileiros, sem dúvida, até o nosso sentimento cristão nos levaria a contribuir para que outros povos pudessem viver melhor – assinalou o parlamentar.

Sacoleiros

Alvaro Dias defendeu ainda em seu pronunciamento, a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/08, com ori-



Foto de Geraldo Magela

Alvaro: bilhões poderiam estar sendo aplicados no país

gem no Executivo, conhecido como “Lei dos Sacoleiros”. A proposta permite que os sacoleiros que realizam comércio ilegal de mercadorias do Paraguai registrem-se como “microimportadores”, pagando alíquota única de importação (42,25%). O senador lembrou que o relator do projeto na Câmara dos Deputados incluiu no texto proposta de sua autoria, acolhida pelo Senado, que institui o Fundo de Recuperação Econômica do Município de Foz do Iguaçu.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Alvaro Dias e pediu também a aprovação do pedido de empréstimo externo de US\$ 1,1 bilhão de dólares para o Rio Grande do Sul.

Pesquisa

Alvaro Dias comentou ontem os resultados da pesquisa CNI/Ibope relativa ao segundo trimestre deste ano, que já registra uma piora da percepção dos bra-

sileiros sobre o futuro da economia em decorrência do aumento da inflação. Foram entrevistadas 2.002 pessoas, 65% das quais esperam aumento da inflação nos próximos seis meses. Já 53% dessas pessoas desaprovam as ações do governo de combate ao aumento generalizado dos preços.

– O conjunto do estudo aponta piora sensível na percepção dos brasileiros em relação à economia, situação certamente provocada pelo aumento da inflação. Mais rápido do que se imaginava, já há repercussão na opinião pública, desgastando a imagem do governo – disse o senador do PSDB.

Alvaro Dias chamou a atenção para os números de três meses atrás, quando 51% da população achavam que a inflação iria aumentar, enquanto 15% acreditavam na redução dos preços. Agora, caiu para 12% o percentual daqueles que acreditam numa queda de preços.

O que é também negativo, segundo o parlamentar, é que a expectativa de aumento da inflação contaminou as percepções em relação ao desemprego e à renda, itens sobre os quais os brasileiros passaram a ter também uma perspectiva mais pessimista. E, acrescentou Alvaro Dias, os movimentos da opinião pública são consistentes no sentido da desaprovação, com queda na avaliação da política de juros e de impostos.

O Ibope fez as entrevistas em 141 municípios entre os dias 20 e 23 de junho. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Papaléo diz que SUS funciona mal por falta de planejamento

Uma das principais causas para o mau funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é a falta de planejamento do Estado para que o orçamento necessário ao custeio das ações de atenção à saúde possa se realizar eficazmente. Esse diagnóstico foi traçado ontem pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Para tornar o SUS compatível com a proposta estabelecida na Constituição, Papaléo defendeu a aprovação da regulamentação da Emenda 29, projeto em tramitação na Câmara, como forma de garantir financiamento adequado, permanente, seguro e bem definido no Orçamento da União, dos estados e dos municípios.

Além disso, observou o senador, são essenciais a organização das três esferas de poder para atendimento universal e de qualidade a toda a população, sem qualquer discriminação ou exclusão; e capacidade operacional para se adaptar a novas

demandas e à evolução da ciência médica, ambulatorial e de prevenção.

O SUS, explicou o senador, é uma intrincada, complexa e sensível rede de órgãos que perpassa as estruturas dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal –, e que deve atender a quase 190 milhões de pessoas. Por esse motivo, deve ser também pensada em rede.

– Nesse sentido, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o Conasems, e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conass, têm papel de destaque na formulação e implantação de políticas de saúde junto à população.

Consciência

Na opinião do senador, para gerir o SUS é preciso deixar de lado a discussão partidária e levar os servidores públicos a adotarem uma “postura de



Foto de Geraldo Magela

Papaléo pede regulamentação da Emenda 29

serviço público perante a comunidade que devem atender”. Isso, afirmou, acaba não se concretizando pela “histórica falta de consciência de prestação de serviço público, próprio de uma brasileiríssima e nefasta tradição cultural de apropriação do público como coisa privada”.

Outro ponto observado como complicador refere-se à falta de organização, de infra-estrutura e de recursos para o atendimento, aliada à baixa remuneração dos funcionários e a quase irrisória tabela de pagamento do SUS para procedimentos.

Mais quatro MPs trancarão a pauta do Plenário

O Senado recebeu ontem mais quatro medidas provisórias aprovadas pela Câmara dos Deputados, todas no limite do prazo de votação, fazendo com que a pauta fique trancada assim que as MPs forem lidas em Plenário.

Em nome da liderança do PSDB, Papaléo Paes (AP) pediu a Alvaro Dias (PSDB-PR) – presidente da sessão – que lesse as mensagens que acompanham as medidas provisórias (MPs 422/08, 424/08, 425/08 e 426/08).

No entanto, Paulo Paim (PT-RS), falando em nome dos senadores gaúchos, solicitou ao presidente que adiasse a leitura, pois as MPs trancariam a pauta e impediriam a votação do pedido de empréstimo no Banco Mundial, pelo Rio Grande do Sul, de US\$ 1,1 bilhão, para solução de problemas financeiros do estado. A proposição que autoriza o financiamento, com aval do governo federal, está na pauta de votações de hoje. Segundo Paim, vence nesta semana o prazo para que o Senado se manifeste sobre o assunto.

O parlamentar contou com o apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF), o qual ponderou que as medidas provisórias também poderão impedir a votação de projeto de sua autoria já aprovado pela Câmara dos Deputados, mas com redação final ainda em exame, que cria o piso salarial nacional para os professores. Paulo Paim acredita que o texto chegará ao Senado no máximo até amanhã.

Alvaro Dias decidiu então deixar que o assunto seja resolvido hoje, entre o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e os líderes partidários, em reunião marcada para as 14h30.

O QUE ESTABELECEM AS MEDIDAS PROVISÓRIAS

- MP 422/08 – Aumenta a área rural da União, localizada na Amazônia Legal, passível de regularização, mediante a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso, dispensada licitação. O atual limite é de até 500 hectares e passaria para até 15 módulos fiscais.
- MP 424/08 – Abre crédito extraordinário de R\$ 1,8 bilhão para as áreas de transportes, cidades, justiça, ciência e tecnologia, meio ambiente e integração nacional.
- MP 425/08 – Adia a implantação de novo sistema de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade (Cofins), do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) sobre o álcool.
- MP 426/08 – Concede aumento salarial a 56 mil policiais civis e militares e bombeiros do Distrito Federal.

Garibaldi Alves lembra que é extensa a lista de matérias a serem examinadas pelo Plenário. Ele acredita que haverá acordo na reunião

Líderes decidem o que votar até

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, disse ontem acreditar em acordo entre os líderes partidários para dar continuidade às votações em Plenário. O assunto será o tema principal da reunião de líderes prevista para hoje, às 14h30, no gabinete da Presidência.

Garibaldi lembrou que o recesso do Legislativo começa no dia 18 e que é preciso definir a pauta de Plenário, por ser extensa a lista de matérias aguardando votação. Segundo o presidente do Senado, falta estabelecer as prioridades, o que ele espera ser feito pelo colégio de líderes.

Na entrevista, Garibaldi preferiu não responder a críticas feitas por deputados ao “recesso branco” do Senado, na semana de 23 a 27 de junho, quando as votações foram suspensas,

ocorrendo apenas sessões não-deliberativas e reuniões de comissões, com abono de faltas aos parlamentares ausentes. A medida foi adotada para facilitar a participação dos senadores nas convenções partidárias que definiram os candidatos às eleições municipais de outubro.

– Cada Casa tem o seu modo de trabalhar. Cada Casa tem a sua pauta. Não saímos somente para as festas juninas; saímos também para as convenções, e foi uma decisão unânime dos líderes, que se reuniram comigo – explicou.

Ao final da entrevista, Garibaldi pediu que o Ministério Público se empenhe nas investigações sobre a Construssati Serviços e Construções Ltda. A empresa, responsável pela reforma e ampliação do Comitê de Imprensa do Senado, é investigada por suspeita de irregularidades em

licitações de obras públicas, algumas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro de 2007.

– Eu até pediria para o Ministério Público se desdobrar nessas investigações. Agora, eu não posso previamente condenar a firma. Eu acho que o Ministério Público deve aprofundar [a investigação], inclusive com relação ao Senado – afirmou Garibaldi.

BNDES

Um dos itens que podem ser incluídos na ordem do dia é o requerimento em que Alvaro Dias (PSDB-PR) solicita auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os empréstimos concedidos a outros países pelo Banco Nacio-



Pauta do Plenário tem 87 itens. Caberá aos líderes partidários, segundo Garibaldi Alves, decidir quais matérias serão levadas a voto até o dia 17, último dia de trabalho da atual sessão

Lei dos Sacoleiros pode ser examinada pelo

As votações do Plenário podem ser retomadas hoje. A pauta tem 87 itens, mas as matérias a serem examinadas serão definidas durante reunião de líderes (*ver matéria acima*). Uma delas é o projeto de lei da Câmara (PLC 27/08) conhecido como Lei dos Sacoleiros. A proposta permite que pequenos comerciantes que compram mercadorias no Paraguai para vendê-las no Brasil, de forma ilegal e sem pagar impostos, registrem-se como microimportadores, pagando alíquota única de importação (42,25%) – o percentual poderá ser reduzido, por decreto presidencial.

O projeto que o Senado examinará é o último capítulo de uma história que começou em junho do ano passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou medida provisória (MP 431/07) instituindo o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

O assunto gerou polêmica, com empresários reclamando da concorrência. Os deputados apresentaram centenas de emendas à MP e, em setembro, o governo decidiu revogá-la. No seu lugar, enviou o projeto que será agora

votado.

A proposta, que tramita em regime de urgência e está sobrestando a pauta há mais de uma semana, prevê que a adesão ao RTU é opcional. As empresas microimportadoras não poderão ter faturamento superior a R\$ 240 mil por ano. Entre as restrições impostas às microimportadoras, como forma de regular o mercado, está a proibição de venda no atacado.

A alíquota única de 42,25% sobre o preço de aquisição das mercadorias importadas corresponde a 18% para o Imposto de Importação (II); 15% para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); 6,65% para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e 1,65% para a contribuição do Programa de Integração Social (PIS).

Aprovado pela Câmara sob a forma de substitutivo, a matéria estabelece que só poderão ser importadas mercadorias relacionadas pelo Executivo. Também proíbe a importação de mercadorias que não sejam destinadas ao consumidor final, armas, munições, fogos de artifício, explosivos, bebidas – incluindo as

alcoólicas –, cigarros, veículos automotores, embarcações de todos os tipos, medicamentos, pneus, bens usados e bens com importação suspensa ou proibida no Brasil.

Caminhoneiros paraguaios

Outro projeto (PLC 71/08) que pode ser votado também está ligado aos paraguaios. A proposta resolve um problema apontado pelo governo do Paraguai há anos e que foi motivo de discussão entre os presidentes dos dois países no ano passado. O projeto reduz o imposto de renda cobrado dos caminhoneiros paraguaios que prestam serviços a empresas brasileiras, equiparando a situação deles à dos caminhoneiros brasileiros.

De acordo com o texto, que recebeu emenda na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o valor do imposto será calculado conforme as tabelas progressivas mensais previstas na Lei 11.482/07. Para o ano-calendário de 2008, essa lei estabelece alíquota zero para a primeira faixa de base de cálculo, até R\$ 1.372,81; alíquota de 15% para a faixa de R\$ 1.372,82 a R\$ 2.743,25; e 27,5% para a faixa acima de R\$ 2.743,25.

O terceiro item da pauta tramita em regime de urgência e passou a trancar a pauta ontem:

Projeto institui tributação diferenciada para mercadorias adquiridas no Paraguai

nião, marcada para as 14h30

O recesso

al de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os líderes devem decidir também se será votada proposta de emenda à Constituição (PEC 29/07) de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que proíbe coligações partidárias em eleições proporcionais, isto é, para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores. A intenção do senador pernambucano é permitir as coligações apenas nas eleições majoritárias, ou seja, para presidente da República, governos estaduais, prefeituras e Senado. Outro item que pode ser votado é a proposta (PEC 49/06) de Sérgio Lambiasi (PTB-RS) que reduz de 150 para 50 quilômetros a largura da faixa de fronteira nos estados de Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul com outros países.



o legislativa

o Senado

o PLC 72/08, que cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cujo ministro em exercício é o advogado e professor de Direito da Universidade de Harvard Roberto Mangabeira Unger.

O projeto determina que a Secretaria de Assuntos Estratégicos deve assessorar diretamente o presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional. O órgão terá como estrutura básica o gabinete, a subchefia executiva e até duas subsecretarias. O chefe da pasta tem *status* de ministro de Estado.

Destacam-se na pauta dois projetos de decreto legislativo (PDS) que aprovam a programação monetária do governo. O primeiro (PDS 11/08) trata da programação monetária para o quarto trimestre de 2007. O segundo (PDS 137/08) refere-se ao primeiro trimestre de 2008.

Há ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dispõe sobre aplicação de recursos para irrigação, quatro PECs que acabam com o voto secreto no Congresso e seis PECs que reduzem a idade para imputabilidade penal.



Leopoldo Silva

CMO ainda discute os critérios para liberação de recursos do PAC caso o Orçamento de 2009 não seja aprovado este ano

Comissão antecipa calendário e deve votar LDO amanhã

PELA PRIMEIRA VEZ nos últimos 12 anos, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem todas as condições de antecipar a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A previsão é que a proposta para 2009 seja examinada pelo colegiado amanhã, a partir das 14h30. A votação estava marcada inicialmente para o dia 9.

Com a antecipação do calendário, espera-se que o projeto de lei da LDO (PL 01/08) – que estabelece metas e prioridades do Poder Executivo para o ano seguinte – entre na pauta de votação do Congresso Nacional na sessão conjunta no próximo dia 9. O horário ainda será marcado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Para que a CMO cumpra a agenda traçada, a relatora da LDO, senadora Serys Slhessa-

renko (PT-MT), marcou para hoje duas reuniões. A primeira, às 11h, com o Colegiado dos Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE). A segunda, a partir das 14h30, com os representantes das lideranças partidárias com assento na CMO. O objetivo dos encontros é retirar todas as dúvidas e tentar resolver eventuais discordâncias para que o relatório da senadora seja votado amanhã sem dificuldades. A secretaria avalia que as duas reuniões selarão um acordo para aprovar o projeto.

Alterações

No relatório entregue à Comissão Mista de Orçamento na semana passada, Serys mudou dispositivos do texto encaminhado pelo Executivo, criticados pela oposição, mas as

alterações ainda geram insatisfações. Um dos alvos é a autorização para a liberação de recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) caso o ano seja iniciado sem a conclusão da votação do Orçamento de 2009.

No texto do Executivo, o governo era autorizado a gastar até três duodécimos (3/12) de todas as despesas programadas, ficando de fora de qualquer restrição aquelas consideradas obrigatórias pela Constituição ou por leis, além de um pequeno conjunto de outros gastos. Serys resgatou a regra do um duodécimo (1/12) ao mês, tradicionalmente aplicada para liberar despesas correntes inadiáveis, mas incluiu, nesse mesmo critério, os investimentos das empresas estatais e as obras do PAC.

CMA analisa o recolhimento de pilhas e baterias

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve analisar hoje projeto sobre o recolhimento, por vendedores e fabricantes, de pilhas e baterias (PLS 714/07). O texto, de Gerson Camata (PMDB-ES) e com parecer favorável do relator, Renato Casagrande (PSB-ES), estabelece que esse material seja coletado nas lojas “pelos fabricantes ou importadores”.

Casagrande propôs emenda determinando que as pilhas e as baterias devolvidas “deverão ser acondicionadas e armazenadas conforme as normas vigentes, até serem repassadas aos fabricantes ou importadores”, que serão responsáveis pela destinação final do material recolhido”.

Na justificativa do projeto, Camata afirma que “o descarte inadequado das unidades usadas pode causar sérios danos à saúde humana e ao meio ambiente”.

Será analisado ainda projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ), com parecer favorável de Gim Argello (PTB-DF), que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego em serviços e processos de reciclagem.

Também está em pauta requerimento de Fátima Cleide (PT-RO) para audiência sobre mudanças climáticas e resfriamento global.

Garibaldi recebe membro do Partido Comunista chinês

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe hoje a visita de He Guoqiang, membro do Comitê Permanente do Partido Comunista da China, que governa aquele país desde 1949. O objetivo da visita é expressar a relevância da parceria estratégica entre dois dos países emergentes que mais crescem no mundo. De acordo com o Itamaraty, o governo brasileiro atribui grande importância a essa parceria, por isso tem impulsionado o intercâmbio em todas as áreas.

He Guoqiang é um dos mais graduados dirigentes chineses. Ele ocupa a posição já desempenhada pelo presidente Hu Jintao, no início dos anos

2000, no Comitê Permanente do Politburo Chinês, órgão que delibera sobre os temas mais relevantes relacionados a economia, planejamento, relações exteriores e segurança.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. Conforme o Ministério das Relações Exteriores, há enorme potencial de cooperação entre os dois países, em diversas áreas, como ciência e tecnologia; programa espacial; petróleo; comércio e investimento; turismo; cooperação judiciária; e extradição de criminosos.

Segundo o Itamaraty, nos últimos oito anos, as relações sino-brasileiras têm passado por um incremento inédito e uma

aproximação política crescente, o que ensejou, em 2004, a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país, assim como a vinda do presidente Hu Jintao ao Brasil.

Com o propósito de fortalecer esses laços e imprimir caráter institucional a todas as iniciativas entre os dois Estados, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Cooperação e Concertação (Cosban). Conduzida, do lado brasileiro pelo vice-presidente José Alencar e, do lado chinês, pela vice-primeira-ministra Wu Yi, a Cosban promove contatos regulares com os representantes desses países.

China e Brasil esperam que

a visita impulse o intercâmbio especialmente na área de petróleo e fontes alternativas de energia. Será assinado Memorando de Entendimento entre a petrolífera China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) e a Petrobras sobre compra adicional de óleo cru brasileiro.

He Guoqiang tem sua carreira vinculada ao setor petroquímico. Ocupou cargos de direção nessa área na província de Shandong, onde se localiza Shengli, o segundo maior campo de petróleo da China, descoberto nos anos 1960. De 1991 a 1996, ele também foi vice-ministro no antigo Ministério da Indústria Química.

Brasil tem déficit no comércio com a China

A China é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, depois dos Estados Unidos e da Argentina. Em 2007, as importações brasileiras da China aumentaram quase 57,9% em comparação a 2006. As exportações brasileiras, por outro lado, cresceram a metade desse percentual (27,9%). Esse resultado fez com que o superávit brasileiro, de pouco mais de US\$ 410 milhões, nas trocas com a China, em 2006, se tornasse um déficit, de quase US\$ 2 bilhões, em 2007.

Negócios entre os dois países (em bilhões de dólares)



*Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Financeira deve ser obrigada a assumir parte do risco de crédito dos fundos



Jereissati diz que operações "são contratadas sem o mínimo de zelo"

Tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) determinando que as instituições financeiras deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente das operações financeiras lastreadas com recursos do

fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

O projeto (PLS 239/08) acrescenta um parágrafo à Lei 7.827/89, que, ao regulamentar o artigo 159 da Constituição, criou esses três fundos. Jereissati destaca que a lei garante recursos para o financiamento de atividades produtivas, entre as quais a

agropecuária, em regiões menos desenvolvidas. Dessa forma, ressalta, surgiram os elementos institucionais para a operacionalização do crédito rural destinado aos segmentos "cujas importância social, dificuldades técnicas e reduzida escala de produção exigem tratamento especial".

Para o senador, mecanismos como esse são desvir-

tuados quando "programas do governo federal passam a utilizar os recursos dos fundos constitucionais para promover transferência direta de renda". Ele avalia que algumas linhas de crédito do Programa de Agricultura Familiar – como o Pronaf grupos A, B, A/C, o Pronaf Floresta e o Pronaf Semi-Árido – seriam exemplos "dessa prática condenável".

Exame psicológico de motorista que é infrator contumaz

Projeto de iniciativa do senador Romeu Tuma (PTB-SP) exige a realização de exame psicológico de condutor de veículo considerado "infrator contumaz" da legislação de trânsito, segundo definição do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A proposta está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Pelo projeto (PLS 253/08), quando da apreensão, suspensão, retenção ou recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação, a autoridade de trânsito deverá submeter o condutor a uma avaliação psicológica, após o cumprimento da penalidade imposta, para verificar se ele tem condições de continuar a dirigir veículo automotor ou elétrico.

Conforme a proposta, o Contran terá 90 dias após a promulgação da lei para especificar qual o tipo de avaliação psicológica a que o condutor de veículo precisará ser submetido. Romeu Tuma chama a atenção para o fato de existir, em todo o país, motoristas que são contumazes em praticar infrações, e por isso mais suscetíveis de se envolverem em acidentes de trânsito com vítimas fatais.



Tuma acredita que medida ajudará a reduzir o número de acidentes

Atendimento pessoal aos usuários de serviço público

Senador argumenta que prática das concessionárias de atender clientes por meio de centrais telefônicas ou internet tem-se revelado insatisfatória

USUÁRIOS DE SERVIÇOS públicos em cidades com mais de 20 mil habitantes poderão ter uma alternativa ao atendimento oferecido por meio de centrais telefônicas automatizadas ou terminais de computadores. Projeto de lei apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) obriga as concessionárias a manterem postos nos quais os cidadãos possam resolver problemas e sanar dúvidas com atendentes, sobre esses serviços.

A proposta (PLS 244/08), que altera o artigo 6º da Lei 8.987/95, determina a obrigatoriedade de funcionamento de "pelo menos um posto de atendimento pessoal ao usuário". O projeto permite às concessionárias a se juntarem para instalar postos conjuntos. O senador acredita que o posto em parceria facilitará a vida do usuário, que poderá resolver mais de uma pendência no mesmo lugar, e ainda trará economia de custos para as concessionárias.

Solução

Segundo Valadares, a necessidade de se estabelecer essa obrigação decorre do fato de que, na maioria dos municípios brasileiros, não existe atendimento com suporte humano e o auto-atendimento "revela-se insatisfatório".



Valadares: medida trará economia às próprias empresas

"Vê-se que a população de baixa renda e residente nos pequenos municípios é a maior prejudicada por esse tipo de atendimento, porque não tem acesso fácil ao telefone, ou porque as tarifas ainda são altas para o tempo necessário do atendimento, ou também porque elas não têm acesso ao microcomputador e sequer têm familiaridade com a rede mundial de computadores [internet]", argumenta o senador na justificativa do projeto.

Para o parlamentar, há grandes resistências em relação ao auto-atendimento, uma vez que as pessoas ainda não se sentem confortáveis utilizando as máquinas destinadas a essa finalidade. Mesmo em países desenvolvidos, como os Esta-

Iniciativa prevê obrigatoriedade de postos nas cidades com mais de 20 mil habitantes

dos Unidos, estudo apontou que, diante de máquinas novas e desconhecidas, muitas pessoas ficam receosas e desconfiadas.

Valadares enfatiza que o projeto não coloca nenhum obstáculo para o amplo uso dos instrumentos de auto-atendimento, inclusive nos postos a serem criados nos pequenos municípios. Mas, ressalva o parlamentar, desde que fique garantido o atendimento pessoal, especialmente para os clientes menos familiarizados com o uso da tecnologia.

A escolha do limite de 20 mil habitantes não foi aleatória, explica Antônio Carlos Valadares, pois teve como base as classificações utilizadas pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01). A criação dos postos em localidades abaixo desse faixa seria antieconômica, na opinião do senador, o que poderia levar as concessionárias a repassar os custos para as tarifas. O atendimento pessoal já foi objeto de outro projeto (PLS 265/02, de autoria do então senador Benício Sampaio), mas que terminou arquivado com a mudança de legislação.

Torpedo a custo mais baixo para deficiente auditivo

As empresas de telefonia celular podem ser obrigadas a criar planos específicos baseados em mensagens de texto – conhecidos como torpedos – para pessoas com deficiência auditiva ou da fala, conforme projeto em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com a proposição (PLS 238/08), as operadoras de Serviço Móvel Pessoal terão de oferecer tarifas reduzidas para seus usuários com deficiência, tanto para plano pré-pago quanto pós-pago.

O autor da proposta, senador Flávio Arns (PT-PR), argumenta que em todo mundo o uso de mensagem de texto em telefones celulares tem sido um recurso muito útil para as pessoas com deficiência auditiva ou da fala. Ele defende, no entanto, que para tal mecanismo ser efetivamente acessível ao segmento mais pobre da população brasileira, é fundamental que existam planos de baixo custo, para essas mensagens.

Após a manifestação da CDH, a matéria será encaminhada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CDHI), onde receberá decisão terminativa.



Proposta de Flávio Arns aguarda exame na CDH

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Papaléo Paes • Paulo Paim •

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Membros da Comissão do Ano Cultural definem agenda para agosto e setembro

Ano Cultural do Senado celebra Guimarães Rosa e a Bossa Nova

A Comissão do Ano Cultural Artur da Távola definiu a agenda de eventos para agosto, em que serão celebrados o centenário de nascimento do escritor Guimarães Rosa e os 50 anos da Bossa Nova. Além disso, será lembrado o ano de 1968, quando, em todo o mundo, houve grandes contestações da política e dos costumes e, no caso brasileiro, também contra o recrudescimento da ditadura militar, com a edição do Ato Institucional (AI) 5.

Durante a Semana Guimarães Rosa, a partir de 5 de agosto, serão realizados um painel com o poeta Alexei Bueno, uma exposição sobre o autor e sua obra, e lançamentos de livros.

Entre os dias 12 e 14, os 50 anos de lançamento do disco *Chega de Saudade*, de João Gilberto, vão ser comemorados com *shows* de Bossa Nova com "pratas da Casa", talentos que trabalham no Senado, e músicos do Clube do Choro.

Já de 14 a 24, a comissão estará na 20ª Bienal do Livro de São Paulo. Até lá, a ideia é republicar, em *fac-símile* – inclusive das dedicatórias feitas pelos autores –, originais de livros pertencentes ao bibliófilo José Mindlin, como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e outros títulos de autores como Machado de Assis.

O Painelel de 1968 será realizado no dia 27 com o ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho; do jornalista Reinaldo Azevedo; e dos historiadores Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Guilherme Mota, entre outros nomes a serem confirmados.

Em setembro, marcado pelo centenário da morte de Machado de Assis, o coordenador da comissão e diretor do Interlegis, José Dantas Filho, informou que o Senado pretende trazer a Brasília material inédito do Museu da Língua Portuguesa, de São Paulo, em parceria com a Academia Brasileira de Letras.

Colegiado que reúne senadores, representantes do governo e de motoristas de ônibus, táxi e caminhão fará levantamento das propostas em tramitação no Congresso

Grupo analisa projetos para dar proteção a motoristas

Na sua primeira reunião, ontem, o grupo criado para discutir as condições de trabalho dos motoristas de caminhão, ônibus e táxi decidiu fazer um levantamento de todos os projetos de lei sobre o tema já apresentados no Congresso – tanto os que estão tramitando como os já arquivados. Os membros do grupo de trabalho também apresentarão informações sobre o setor, bem como sugestões para o aprimoramento da legislação.

O colegiado foi criado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e inclui senadores, representantes do governo e das categorias representativas dos motoristas.

Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) será convidado para participar da próxima reunião do grupo, na segunda-feira. Segundo o presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Nélcio Botelho, muitos

dos problemas enfrentados pelo setor devem-se à ineficiência da ANTT, que não regulamenta leis já aprovadas pelo Congresso.

Nélcio informou ainda que a agência encontra-se sem diretor – o nome do novo diretor ainda não foi aprovado pelo Plenário do Senado –, o que dificulta ainda mais as ações da agência. O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que se empenhará para que a matéria seja aprovada ainda nesta semana.

Por sugestão de Paim, as atividades do grupo de trabalho serão encerradas em seminário com a participação de todos os segmentos interessados na matéria. A ideia, frisou ele, é apresentar no encontro uma minuta de proposta legislativa, que ficará aberta a contribuições para que seja criado um

consenso em torno de um texto a ser defendido no Congresso.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu tratar a matéria na forma de um estatuto para os trabalhadores do transporte rodoviário. Ele ressaltou que o assunto é complexo e exige discussão por temas espe-

Audiência pública da CDH denunciou que caminhoneiros trabalham precariamente até 18 horas por dia

cíficos, o que seria difícil fazer com a elaboração de leis para cada categoria. O senador entende ainda que outras comissões da Casa devem ser consultadas, especialmente as de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços

de Infra-Estrutura (CI).

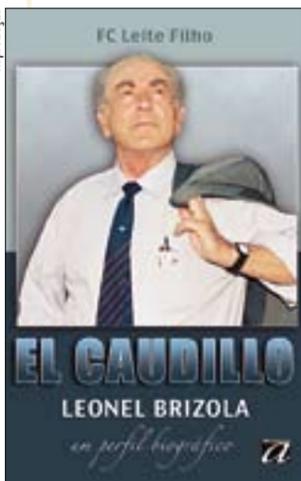
Em audiência pública realizada pela CDH na última quinta-feira, representantes dos caminhoneiros denunciaram que são submetidos a trabalho escravo e pediram a regulamentação da profissão.



Reunião da CDH discute amanhã o trabalho infantil na produção de fumo no Paraná, que seria "semelhante à escravidão"

Primeira biografia de Leonel Brizola será lançada na Câmara

Reprodução



Hoje, às 19h, no Espaço do Servidor da Câmara dos Deputados, será lançado o livro *El Caudillo - Leonel Brizola, um perfil biográfico*, do jornalista Leite Filho. Essa é a primeira biografia de Brizola, que morreu em junho de 2004. Ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, ele marcou a política nacional na segunda metade do século passado. A pesquisa do autor, que conviveu 25 anos com Brizola e tomou 50 depoimentos, está reunida em 544 páginas e três galerias de fotos. Leite Filho ainda procura avaliar porque o político não se elegeu presidente, em 1989.

Escolas e entidades já recebem *Jornal do Senado* em braile

O *Jornal do Senado* já começou a distribuir a entidades e escolas de apoio a deficientes visuais a edição em braile do mês de junho. Com 88 páginas, o jornal traz mais de 60 notícias sobre temas como o fim do nepotismo no serviço público e a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Em solenidade com a presença do presidente da Casa Garibaldi Alves Filho, o primeiro número do jornal em braile foi lançado em maio.



Crianças no cultivo de fumo terão debate na CDH

A participação de crianças e adolescentes no trabalho de colheita e classificação de folhas de fumo que são vendidas às fábricas de cigarro será discutida amanhã, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O requerimento para a realização do debate, de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR), foi motivado por denúncia do Ministério Público do Paraná, que aponta o envolvimento de 80 mil menores na atividade, conforme matéria veiculada em maio pela Rede Paranaense de Comunicação.

Um dos principais produtos agrícolas do sul do Paraná, o tabaco requer grande quantidade de mão-de-obra nas fases de colheita, seleção e classificação das folhas de fumo para serem entregues à indústria fumageira. Conforme destaca Flávio Arns, na justificativa do

requerimento, o produtor se vê obrigado a usar o trabalho de todos os membros da família para conseguir cumprir contrato firmado com a indústria de cigarro. Esse sistema, observa o senador, além de gerar o envolvimento de crianças em trabalhos "danosos à saúde", obriga as famílias a direcionar todo o lucro da atividade ao pagamento de insumos fornecidos pela indústria no início das lavouras.

De acordo com Flávio Arns, esse regime de trabalho utilizado na produção de fumo é semelhante ao da escravidão, pois as dívidas assumidas a cada safra tornam as famílias "reféns das empresas". Com a audiência pública, o senador objetiva discutir a adoção, pelo estado, de medidas para punir os responsáveis por uma "situação criminosa de exploração do trabalho", que "ignora direitos humanos fundamentais".

O parlamentar considera a situação verificada no Paraná ainda mais grave frente ao compromisso assumido pelo Brasil de apoiar os produtores de fumo interessados em mudar de cultivo, medida prevista na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, assinada pelo país em 2005. Para Flávio Arns, o país precisa, com urgência, adotar medidas para que crianças e jovens envolvidos na fumicultura "deixem imediatamente de exercer a atividade".

Por sugestão do senador pelo PT, foram convidados para a audiência pública representantes do Ministério Público do Trabalho e dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e Emprego e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O debate promovido pela CDH será realizado a partir das 14h30 na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Márcia Kolumbe

Repúdio a política europeia

O Parlamento do Mercosul aprovou, por unanimidade, uma moção de repúdio à política de imigração aprovada pela União Européia no último dia 18. De acordo com a proposta, a chamada Diretiva de Retorno "constitui uma violação aos direitos humanos básicos e, em particular, ao direito da livre circulação internacional".

A moção, aprovada na reunião plenária do encontro, condena a possibilidade de que sejam presos por até 18 meses os imigrantes ilegais, ou seja, sem documentos. A proposta será encaminhada à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização dos Estados Americanos (OEA), à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Européia, entre outros organismos internacionais.

O documento lembra que os países da América Latina receberam imigrantes europeus em massa após as duas grandes guerras mundiais. Ao final, manifesta a esperança de que "o Parlamento Europeu reveja, com base nos valores civilizatórios da Europa, essa decisão equivocada e estéril, que mancha a imagem da União Européia". Entre os signatários da proposta original da moção está o deputado federal brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR), que tomou posse no sábado como presidente do Parlamento do Mercosul.

Aquífero

Em outra decisão de impacto, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Organização Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo, presidida pelo deputado brasileiro José Paulo Tóffano (PV-SP), aprovou recomendação para a criação de uma política comum, entre os países do Mercosul, de exploração do Aquífero Guarani.

Relator da recomendação, José Paulo Tóffano lembrou que o Aquífero Guarani atende a centenas de cidades de todos os países do bloco.



Em Tucumán, os senadores Neuto de Couto (E), Romeu Tuma e Eduardo Azeredo, ao lado do deputado Dr. Rosinha (2º à direita)

Mercosul poderá unificar as leis sobre tráfico de pessoas

Comissão aprova recomendação de Mesquita Júnior. Eduardo Azeredo e Romeu Tuma defendem convergência de legislação sobre crimes na internet e pessoas com deficiência

A COMISSÃO DE Assuntos Jurídicos do Parlamento do Mercosul aprovou recomendação apresentada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) visando unificar a legislação sobre tráfico de pessoas adotada pelos países do bloco. Durante a reunião, que ocorreu na sexta-feira e no sábado em San Miguel de Tucumán (Argentina), foram tratados projetos no mesmo sentido apresentados por outros dois senadores brasileiros: Eduardo Azeredo (PSDB-MG) quer unificar a legislação sobre crimes na internet e Romeu Tuma (DEM-SP) pretende harmonizar as leis que tratam das pessoas com deficiência.

Na justificativa de sua recomendação – que já foi tema de audiência pública na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul –, Mesquita Júnior informa que 250 mil pessoas são vítimas do tráfico anualmente. O senador – que foi o último presidente da Representação, tendo sido substituído pelo atual, senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – afirmou que uma das principais causas do tráfico humano é a desigualdade social e econômica dos países sul-americanos. Mesquita Júnior e Mercadante, no entanto, não participaram da reunião em Tucumán, que marca a primeira presidência da instituição por um parlamentar brasileiro, o deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR).

Eduardo Azeredo cobrou, na reunião, uma decisão sobre projeto apresentado por ele na reunião realizada em setembro do

ano passado recomendando um estudo aprofundado da legislação dos países que compõem o bloco sobre crimes na internet. Ele observou que, com a internet, surgiram novos crimes que ainda não foram tipificados por todos os países, como a difusão eletrônica de pornografia infantil e crimes contra o patrimônio, como o roubo de senhas bancárias.

– Precisamos criar diretrizes e instrumentos que possibilitem a troca de informações entre os países, já que a internet não tem fronteiras – cobrou o representante mineiro.

Azeredo lembrou que o Senado já aprovou legislação sobre o assunto, que, devido às modificações introduzidas pelos senadores, será votada novamente na Câmara dos Deputados. Também a Argentina, acrescentou, aprovou lei regulamentando alguns desses delitos, que vêm sendo chamados de crimes cibernéticos.

– É necessária uma harmonização, para que as diretrizes dos países do bloco sejam as mesmas.

Deficiência

Durante a reunião plenária do Parlamento, na noite de sexta-feira, Romeu Tuma apresentou projeto de recomendação visando à unificação da legislação relativa às pessoas com deficiência. Ele sugeriu a criação de um grupo de trabalho para estudar a le-

gislação referente ao assunto dos cinco países que compõem o bloco – além de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, também a Venezuela, em processo de adesão –, a partir do qual será feita a harmonização, tomando por base aquela mais avançada.

Tuma sugeriu ainda a adoção de medidas políticas e administrativas para que seja criado um Programa do Mercosul de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

Em sua argumentação, o senador arrola as diversas iniciativas já adotadas no Brasil, como o direito do deficiente visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo com cãguia; a prioridade no atendimento de pessoas com deficiência por organismos governamentais;

a reserva de até 20% das vagas oferecidas em concursos públicos; a reserva de vagas, em empresas privadas, de 2% a 5% dos postos de trabalho; a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aquisição de automóveis; e a concessão de um salário mínimo para pessoas com deficiência que provem não ter capacidade para seu próprio sustento. Romeu Tuma lembrou ainda que o Senado brasileiro discute o projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Desigualdade social e econômica é apontada como uma das principais causas do tráfico humano

Dr. Rosinha vê déficit democrático

O deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR) tomou posse no sábado na presidência do Parlamento do Mercosul. É o primeiro presidente brasileiro da instituição, que já teve um paraguaio, um uruguaio e um argentino no cargo. A posse se realizou na cidade argentina de San Miguel de Tucumán, onde a independência daquele país foi declarada há quase 200 anos.

O parlamentar enfatizou que o Mercosul somente agora retoma os objetivos estratégicos dos anos 80, quando os acordos assinados entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín possibilitaram a posterior criação do bloco. Entre esses objetivos estavam o enfrentamento dos problemas criados pela crise da dívida e a diminuição da vulnerabilidade externa, a recessão e a inflação, promovendo as complementaridades econômicas dos quatro países.

Esses objetivos, entretanto, foram abandonados, prevalecendo no bloco o "paradigma neoconservador" da liberalização comercial, observou o deputado.

Dr. Rosinha também enfatizou o déficit democrático, que chamou de "pecado original mais sério" do Mercosul. De acordo com ele, o processo de integração foi conduzido quase exclusivamente pelos poderes executivos.

Círculo vicioso

A combinação do déficit democrático com a perda de sentido estratégico do Mercosul, para Dr. Rosinha, criou "um notável círculo vicioso", enfatizando apenas os aspectos comerciais em detrimento da participação das sociedades dos quatro países.

Como uma das formas de reduzir esse déficit democrático, o deputado enfatizou a necessidade de permitir a livre circulação de trabalhadores e a harmonização da legislação trabalhista.

Entre os outros desafios do Parlamento, Dr. Rosinha citou a necessidade de corrigir as assimetrias entre os integrantes do bloco, com o fortalecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Ele defendeu a incorporação de vários países andinos como membros associados.

O deputado destacou ainda a missão do Parlamento do Mercosul de propor leis e harmonizar as já existentes nos países que integram o bloco, com ênfase nas questões relativas a meio ambiente, educação, questões aduaneiras, agilização da solução de controvérsias, coordenação de políticas macroeconômicas e integração das cadeias produtivas.